

11-13-2009

# A crise de dominação no sistema público de saúde

A Ayala

Follow this and additional works at: [https://digitalrepository.unm.edu/lasm\\_cucs\\_pt](https://digitalrepository.unm.edu/lasm_cucs_pt)

---

## Recommended Citation

Ayala, A. "A crise de dominação no sistema público de saúde." (2009). [https://digitalrepository.unm.edu/lasm\\_cucs\\_pt/4](https://digitalrepository.unm.edu/lasm_cucs_pt/4)

This Article is brought to you for free and open access by the Latin American Social Medicine at UNM Digital Repository. It has been accepted for inclusion in Portuguese by an authorized administrator of UNM Digital Repository. For more information, please contact [disc@unm.edu](mailto:disc@unm.edu).

## Documento CUCS #27

### SD200832(78/79/80)Ayala (B)

**Ayala A. A crise de dominação no sistema público de saúde. Saúde em Debate (Rio de Janeiro, Brasil) 2008; 32(78/79/80): 193-197.**

**Objetivos:** Examinar as deficiências dos mecanismos de dominação/controlado das instituições públicas de saúde no Brasil sobre seus trabalhadores e a população, assim como descrever suas formas de coerção.

**Metodologia:** Analítica e descritiva.

**Resultados:** A autora identifica quatro mecanismos de dominação/controlado das instituições públicas de saúde, de acordo com a imprensa escrita nacional e regional do Brasil: a centralização do poder, a repressão, a ação política e o controle social.

Segundo a sua análise, a centralização do poder no setor saúde propicia a imposição de políticas públicas e a institucionalização dos serviços de saúde pouco eficazes, o que gera insatisfação nos usuários e a resistência dos trabalhadores às disposições de suas autoridades administrativas.

A seguir, na autora identifica duas estratégias de repressão utilizadas pelos administradores de saúde ao enfrentar o desenso dos trabalhadores: a perseguição política e as práticas disciplinares em forma de castigos ou sujeição; estas práticas coercitivas são no geral a resposta às denúncias feitas pelos trabalhadores do uso inadequado da estrutura pública em saúde.

Quanto à ação política, as empresas privadas exercem um controle indireto no setor através da colocação de seus representantes em posições políticas do poder executivo, os quais, por um lado, incentivam o financiamento privado do atendimento médico em detrimento da prestação dos serviços públicos de saúde e, por outro lado, favorecem os subsídios para equilibrar as perdas do setor privado.

Por último, a autora assinala que subsiste a necessidade de controle social no setor, o que vem sendo exercido através dos Conselhos Municipais e locais de saúde instaurados no Sistema Único de Saúde. Este tipo de controle, entretanto, é também um modo coercitivo, já que substitue a participação dos indivíduos livremente associados com o agrupamento de homens governados pela força política.

**Conclusões:** Para a autora, o sistema público de saúde no Brasil apresenta uma estrutura ineficiente e pouco comprometida com o bem estar da sociedade. A autora conclui que os mecanismos de dominação das instituições de saúde privilegiam medidas repressivas de pacientes e trabalhadores do setor. Considera que o controle social deve incorporar um tipo de poder político que favoreça os interesses coletivos.